



HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA DEMANDA HABITACIONAL

Educação Ambiental

Revisão Sistemática Integrativa

Ademar Ribeiro dos Santos Neto ¹

Álvaro Magalhães Lessa ²

Lucas Dantas Silva ³

Profª. Jessica Lara Nunes Meireles ⁴

Prof. Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas ⁵

RESUMO

O presente estudo descreve a habitação social no Brasil, os impactos socioambientais causados pela demanda por habitação no país, e os principais problemas causados pelo crescimento desenfreado de algumas cidades brasileiras diante o fluxo de pessoas no período da industrialização do país. No atual cenário de urbanização, enfrentamos consequências de um crescimento desorganizado de cidades sem nenhum planejamento, surgindo assim favelas e comunidades periféricas com sérios problemas urbanos, implicando na necessidade habitacional, consequentemente gerando impactos econômicos e ambientais.

Palavras chaves: Habitação social; Déficit habitacional; Impactos socioambientais.

INTRODUÇÃO

As habitações populares surgem a partir da necessidade de abrigar os trabalhadores que vieram do campo para a cidade trabalhar nas fabricas depois da grande Revolução Industrial. Centro da industrialização do país, São Paulo viu sua população crescer intensamente na década de 1940, passando de 1,3 milhão para 2,2 milhões (IBGE 1940 e 1950). Segundo Bonduki (2011, 248) “esse aumento demográfico criou uma necessidade adicional de 200 mil novas moradias, sem contar o déficit já existente e o numero considerável de prédios em função do *boom* imobiliário”.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho em Vitória da Conquista – BA. E-mail: netoo_santos@hotmail.com.

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho em Vitória da Conquista – BA. E-mail: aml_alvaro@hotmail.com.

³ Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho em Vitória da Conquista – BA. E-mail: lucasdantas09@hotmail.com.

⁴ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho - FASA. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Independente do Nordeste - FAINOR. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - UCAM

⁵ Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Santo Agostinho – FASA. Graduado em agronomia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Graduado em Química pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre em Manejo e Conservação de solos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.



Esse estudo tem como objetivos: Averiguar os impactos socioambientais das habitações sociais no cenário urbano dos grandes centros. Verificar a importância do planejamento arquitetônico e urbanístico para as habitações populares visando o bem estar dos moradores e a sustentabilidade ambiental; identificar as principais falhas no atual modelo de habitação popular no Brasil; e ainda descrever as contribuições da arquitetura sustentável na construção de habitações de interesse social.

METODOLOGIA

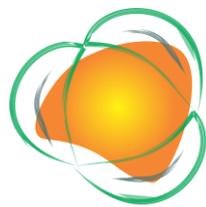
Para a realização desse estudo se fez uso da pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa com revisão de literatura sobre as habitações de interesse social no Brasil e o papel da arquitetura sustentável.

Para Gil (2004) a pesquisa descritiva vai além da existência de relação entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação e tem como objetivo a descrição das características de determinada população que teve como propósito o levantamento das condições, o processo histórico das habitações populares e os impactos sociais causados por essa demanda no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bolfe e Rubin (2014) a questão da moradia no Brasil sempre esteve atrelada à dependência de políticas públicas, as quais negligenciaram ao atendimento da totalidade de problemáticas que envolvem a carência habitacional e à infraestrutura, em termos de viabilização de aspectos sociais e econômicos da sociedade carente. Atualmente com um déficit de moradias estimado em cerca de 5 milhões de domicílios, 90% do total concentrado na baixa renda. E diante o problema tem-se o desafio em concretizar o direito à moradia estabelecida por lei no país, e suprindo a necessidades de investimentos para as construções, avaliadas em cerca de 760 bilhões de reais (BOLFE E RUBIN, 2014; CARTA CAPITAL, 2015).

As moradias de interesse social estão sendo planejadas sem o devido cuidado com meio ambiente, assim como a falta de estudos eficientes e políticas públicas que favoreça a minimização dos impactos ambientais nas construção de moradias de interesse social por parte de arquitetos e engenheiros é um problema que pode ser solucionado com o estudo dos impactos e uso de energias renováveis.



14º Congresso Nacional de
MEIO AMBIENTE

Poços de Caldas

26 a 29 SET 2017

www.meioambientepocos.com.br

CONCLUSÃO

Desde o século XIX o Brasil vem passando por transformações no cenário urbano, e a demanda por moradia foi crescendo incessantemente, com poucas soluções em torno da problemática da habitação. Surgem então cidades com grandes problemas urbanísticos, sociais e ambientais. É necessário que sejam trabalhadas as energias renováveis e o estudo dos impactos ambientais para que sejam minimizados nos projetos arquitetônicos promovendo a melhoria da qualidade de vida e proporcionando a minimização do déficit habitacional de maneira responsável.

A arquitetura como meio de transformação deve-se engajar na sua melhor forma para melhoria de vida da população em geral, propor um projeto sustentável que preocupe com o meio ambiente, com clima, escassez de recursos naturais e conservação de energia, uma participação colaborativa, onde se entende as reais necessidades da inserção de um conjunto habitacional no meio urbano e a transformação que esse tem no cenário da cidade.

REFERENCIAS

BOLFE, Sandra Ana, RUBIN, Graziela Rossatto. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v.36, n. 2, mai/ago. 2012.

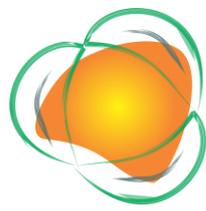
BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil** – Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: estação liberdade, 2011. Cap. 1, p. 16-57; cap. 4, p.132-177.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 4, p. 25-28.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico – população e habitação. **Recenseamento Geral do Brasil**, série nacional, v. II, Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ROCKMANN, Roberto. Até 2024 Brasil terá de proporcionar moradia para 20 milhões de famílias. **Carta Capital**, São Paulo, 18 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/ate-2024-Brasil-tera-de-proporcionar-moradia-para-20-milhoes-de-familias-4978.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SERAPIÃO, Fernando. Arquitetura social perdida: o dilema da moradia popular. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 mai. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/05/1626485-arquitetura-social-perdida-o-dilema-da-moradia-popular.shtml>>. Acesso em: 1 mar. 2017.



14º Congresso Nacional de

MEIO AMBIENTE

Poços de Caldas

26 a 29 SET 2017

www.meioambientepocos.com.br